



ATA n.º 004/2014

Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze, no horário regimental, reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, sob a presidência do Vereador Osvaldir Nunes Pereira e com a presença de todos os demais pares, para a realização da 1ª sessão ordinária de 2014. Ao abrir a sessão o Presidente declarou aberto o período legislativo do presente exercício. Iniciado o **EXPEDIENTE** constou a leitura e discussão da Ata n.º 049/2013, da Sessão do dia dezesseis de dezembro, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida constou também a leitura e discussão atas de número 001, 002 e 003 de 2014, das sessões extraordinárias dos dias 20, 22 e 23 de janeiro, todas aprovadas sem ressalvas. Encerrando o Expediente o Presidente solicitou a leitura do ofício n.º 027/2014, do executivo, que solicitou o prosseguimento da tramitação dos projetos de leis de números 40, 42 e 43 de 2013, os quais foram reencaminhados às Comissões Permanentes, e do Projeto de Lei n.º 006/2014, do Executivo, propondo a cessão de servidor público municipal para finalidade específica, igualmente encaminhado para análise das Comissões Permanentes. Na **TRIBUNA** o Vereador **SIDNEI LOPES** usou a palavra para falar do primeiro confronto que já teve com o executivo com aproximadamente apenas quinze dias de mandato. Contou que sendo funcionário público concursado como fiscal, lotado no Departamento de Tributação, procurou o prefeito para saber qual seria o posicionamento em relação a sua pessoa junto ao setor e este lhe falou que poderia trabalhar junto ao setor de notas de produtor rural auxiliando o funcionário Gilmar Komar que está com o trabalho atrasado em função da lentidão do sistema usado pelo município e encontra-se com mais de quatro mil notas pendentes para baixar. Explicou que ao se apresentar para o trabalho o Chefe do Setor senhor Cezar Tizote lhe falou que deveria trabalhar no Posto Fiscal quando disse que já havia acertado com o executivo onde iria trabalhar, e que é totalmente contra a reabertura dos postos fiscais o que considera um retrocesso do município, que está fechando as portas para novas empresas em vez de abrir, que sempre foi contra isso e sempre falava aos ex-prefeitos tendo conseguido isso apenas com o prefeito Valdir Cabral dizendo que existem várias formas de trabalhar e não apenas segurando um caminhão em um posto de fiscalização verificando se tem vinte ou trinta metros de madeira ou fazendo um auto de infração, o que não compete ao município, pois a Receita Estadual fechou todos os postos que existia, não faz mais fiscalização em postos e sim fiscalização volante e nas próprias empresas e o município não tem competência nenhuma para fazer um auto de infração e nem sabe se o município tem um convênio com a Receita Estadual, o que é preciso, e por isso deverá pedir informação ao executivo se realmente esse convênio foi firmado com o estado. Voltando a falar em relação a sua função na prefeitura explicou que perguntou ao Chefe do Departamento porque queria que voltasse trabalhar em um posto fiscal e o mesmo lhe disse que primeiro era por ser a sua função e também porque estavam precisando de fiscais, quando lhe falou que já havia acertado com o prefeito para trabalhar junto ao setor de notas de produtor e seu chefe voltou a dizer que iria trabalhar nos postos fiscais. Após, disse ter perguntado ao chefe do setor sobre as



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

promessas de campanha de que não haveriam perseguições políticas na administração e o chefe lhe respondeu que para cima de si e para cima de todos os empresários haverá perseguições políticas porque o prefeito mandou. Acontecido isso e havendo discutido com seu chefe disse que voltou a falar com o prefeito Marino pedindo para que o prefeito chamasse o chefe do setor para uma conversa entre os três e assim não saírem palavras distorcidas e o prefeito não quis o chamar por isso neste dia fez o seu pedido de afastamento pelo período de dois anos, pois o Estatuto dos Servidores lhe permite, não sendo mais funcionário da prefeitura no momento, pois prefere ficar trabalhando apenas aqui na Câmara, honestamente, do que ser mandado por uma pessoa que não é capaz, pois para tudo existe conversa e não deveria ter lhe falado tudo o que lhe falou dentro da prefeitura, acabou pegando uma briga e o prefeito se omitiu não querendo o chamar para esclarecer a situação e a atitude tomada foi apenas o primeiro passo, não está ameaçando ninguém por isso pediu ao prefeito para esclarecerem, pois entendeu como um recado e o prefeito disse não ter falado isso, mas não quis o chamar para uma conversa onde queria saber apenas o porque dessa situação, pois sendo hoje um vereador quer trabalhar junto a administração. Ainda comentou que na discussão o chefe do setor lhe acusou de ter deixado todas as dívidas do Senhor Pedro Ivo Gonçalves e das empresas Arakangy e Lamipinus prescreverem, e encaminhou um ofício ao executivo solicitando uma relação de tais dívidas prescritas e o executivo lhe respondeu que não pode fornecer as informações devido ao sigilo, mas não pediu informações de valores e apenas queria saber se existem mesmo as dívidas prescritas de quando foi chefe desse departamento, pois tem certeza que se existiam dívidas dessa pessoa e dessas empresas as mesmas não prescreveram e foram devidamente ajuizadas, e ainda falou ao chefe do setor que com o acesso que tem ao sistema pode verificar e se existirem essas dívidas poderá pagá-las, mas se a perseguição for para cima de sua pessoa que seja assim e não venham usar o nome de pessoas como do ex-prefeito Junior Benato, do senhor Mauricio Cavassin e do Senhor Pedro Ivo Gonçalves como usou, pois se não gosta de sua pessoa que resolva as coisas consigo mesmo e não use o nome dos empresários para fazer perseguições políticas a mando do prefeito conforme falou, questionando de que forma o município conseguirá atrair mais empresas para gerar empregos no município se estão aplicando uma ditadura na administração, hoje se o cidadão quiser tem várias formas de sonegar, estão exigindo que as empresas apresentem duas vias de nota fiscal eletrônica sendo um documento que pode ser enviado por e-mail que é muito mais prático e todas as empresas estão obrigadas a trabalhar dessa forma e cada vez mais estão com a corda no pescoço, com contenção de gastos, e o município dificultando mais os trabalhos, o que considera uma forma de espantar as empresas do município e não de atrair novas. O Vereador **GILNELSON** agradeceu a presença dos visitantes e deu as boas vindas a estes e também a todos os vereadores nesta primeira sessão ordinária de 2014, desejando a todos que tenham um ano abençoado, sendo um ano que lhe parece que será um pouco mais complicado em relação ao ano anterior, mas desejou que no final de tudo prevaleça o equilíbrio. Fez um agradecimento em especial ao



Câmara Municipal de Inácio Martins

006

CNPJ 77.778.827/0001-55

Vereador Valdir Cabral que se propôs a abrir mão dos últimos dias de mandato da presidência visando o bem comum de toda a casa e a economicidade que é um princípio constitucional de toda a administração, tendo o vereador renunciado seus últimos dias como Presidente para que a casa não precisasse refazer todo um processo burocrático para conduzir os trabalhos apenas nas últimas duas semanas do ano, dizendo ter sido um ato nobre do vereador. Falou sobre uma matéria que leu neste dia a respeito do índice do repasse do FPM para os municípios, que o Senado Federal já esteve apreciando matéria relativa no ano passado, e todos são sabedores das dificuldades de recursos para os municípios e o FPM é a principal base dessa receita. Explicou que tramita no Senado uma possível emenda à Constituição Federal que elevaria o piso de repasse aos municípios onde hoje apenas 21% do valor dos impostos que compõe o FPM, sendo o ICMS e o IPI, é repassado aos municípios de acordo com a população de cada um e feita a divisão, e a proposta é para que esse índice passe de 21% para 24%, o que ainda é pouco mas já representa bastante para municípios como Inácio Martins que tem dificuldades financeiras e representaria em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a mais por ano. Após falar isso pediu aos pares que conversassem com suas bases para acompanhar a votação dessa emenda na esfera federal por que é de interesse de todos munícipes que esse recurso realmente venha para os municípios. O Vereador **OSVALDIR** também agradeceu a presença dos visitantes disse que espera poder contar com a presença dos mesmos durante o ano e aumentar o número de visitantes nas sessões. Também deu as boas vindas a todos os pares e falou da expectativa que está em relação a este ano de 2014 onde deverão fazer um grande trabalho na casa principalmente com relação a aproximação que irão tentar fazer do vereador com a população, para que a população entenda um pouco mais qual é o papel dos vereadores, pois ouvem cobranças do povo com relação a estradas, escolas, e comentam que o vereador não tem o poder de construir obras públicas e sim de interferir junto ao executivo para que este faça, e o papel mais importante dos vereadores é com relação a fiscalização do dinheiro público, de como estão indo os trabalhos do prefeito, dos secretários, dos funcionários públicos municipais, e durante este ano farão um trabalho bastante significativo nesta área e tentarão mudar um pouco a forma de trabalhar dos vereadores, por isso propôs e discutiram durante a tarde com os vereadores presentes na reunião das comissões a divisão dos trabalhos, por afinidade entre os vereadores nos diversos setores da administração para assim focarem mais os trabalhos não perdendo tempo e trazendo até aqui as ideias, as denúncias que com certeza terão, cobrar a execução do que estiver previsto em lei e o que não estiver certo não ser executado, o que já aconteceu neste pequeno intervalo de dois meses de administração, diferenças de entendimento do que o prefeito está fazendo e o que o vereador pensa pois não é a Câmara ou o vereador que não vai deixar e sim a lei que não permite e se não tiver previsão legal para se fazer alguma coisa infelizmente o papel do vereador é dizer não, se não tiver dentro da lei não tem como fazer pois os vereadores como servidores do povo também tem as suas atribuições e infelizmente deve ser assim, deverão fazer o seu papel na hora de votar e aprovar as medidas necessárias mas devem fiscalizar e



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

fazer as coisas como devem ser feitas também, cobrando quando for preciso, por isso devem fazer um grande trabalho neste ano em que estão com as energias renovadas e a expectativa é de fazerem um grande trabalho para mudar, evoluir, e melhorar a situação de todos aqui no município. Na **ORDEM DO DIA** nada constou para votação e imediatamente passou para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** onde o Vereador **VALDIR CABRAL DA SILVA** disse que nesta primeira sessão ordinária de 2014 retomam os trabalhos do legislativo com bastante vontade não só de exercer a função de legislador e fiscalizador do município, mas também como grandes colaboradores através da liderança que cada um tem junto as representações políticas nas esferas estadual, federal e principalmente regional que é o que mais interessa ao município. Disse que quando voltou ao legislativo fez um pensamento de contribuir bastante com o município e com a administração do novo prefeito e quer ser esse colaborador, mas em nenhum momento quer se acovardar e se omitir de seu compromisso perante a Lei Orgânica, a Constituição Federal e a bíblia, de fazer com que o dinheiro público seja bem aplicado independente se alguma coisa no passado foi feita errada, e se durante o seu período como prefeito alguma coisa foi feita errada por sua equipe também devem pagar por isso, mas não devem deixar que continuem acontecendo os erros e a cada ano deve-se melhorar e cabe aos vereadores, uma Câmara dinâmica e conhecedores de suas funções, zelar principalmente pelo bem e o dinheiro público. Também teceu críticas a atitude do executivo em relação a uma medida que havia tomado quanto ao fechamento dos postos de fiscalização, pois considerava a cidade de Inácio Martins com fronteiras, já era seu pedido a outras administrações e quando teve a oportunidade um de seus primeiros atos foi o de fechar esses postos explicando que não o fez pensando em privilegiar ninguém, pois fez um levantamento junto com sua equipe de quanto o município estava arrecadando em meses anteriores e anos anteriores e viram que o que era arrecadado não dava nem para pagar os funcionários e sua mobilização, então foi uma medida atendendo a uma solicitação do povo martinense e até de representações da região, com a tranquilidade de quem estava tomando uma atitude de não mais envergonhar o município sendo o único do Paraná que mantinha uma fiscalização, e também para cuidar da integridade física e moral dos funcionários que lá estavam como fiscais os quais não tinham nenhuma segurança, não sabiam nem a pauta para definir os valores das cargas, se existia algum convênio com a Recita e se tinham o poder de fiscalizar, pois por muitas vezes a polícia militar era acionada para ir atrás de caminhões e por algumas vezes os motoristas pediam que apresentassem algum documento que lhe obrigasse a parar no posto fiscal e apresentar as notas fiscais, o que era vergonhoso até para essas autoridades. Disse que considerou também o depoimento de alguns fiscais que foram ameaçados durante o exercício da atividade e questionou qual a segurança que desses servidores trabalhando durante as madrugadas, sozinhos, e a medida foi até para evitar algum problema com o funcionário e o município ser responsabilizado por usar funcionários sem o treinamento necessário para trabalhar nesse local, por isso tomou essa medida tendo ouvido também os funcionários envolvidos que não foram obrigados a trabalhar em nenhum outro



departamento, simplesmente pediu para que ajudassem em outros setores e apenas dois ou três ficaram protestando e os demais estavam satisfeitos em trabalhar durante o dia não tendo mais esse trabalho nos postos fiscais, pois nesse momento algum dos funcionários deve ter medo de trabalhar durante a noite, desamparado e sem nenhuma segurança. Questionou que devem verificar se existe algum convênio com os órgãos estaduais para que exista esse posto fiscal ou está ali apenas para agradar a vontade de alguma pessoa ou algum grupo para perseguir, o que é triste para o município, dizendo ainda que durante o período em que foi prefeito e fechou os postos fiscais a arrecadação na diminuiu, pelo contrário, aumentou, não fiscalizaram mas apenas fizeram um trabalho de orientação aos proprietários para se organizarem e poderem trabalhar tranquilos o que lhe entristece, e lhe entristece mais ainda quando forçam um funcionário de quase vinte anos de carreira que hoje tem um cargo como vereador a passar por este constrangimento, por isso disse que o vereador e funcionário Sidnei Lopes fez bem, teve um atitude louvável de renunciar o seu trabalho nesse período baseado em uma perseguição pois deve se precaver de ameaças, de um atrito verbal conforme já aconteceu, ou até de uma possível agressão física e vir a ser prejudicado, por isso o parabenizou por ter tomado essa atitude mas é triste porque com isso o município perde um funcionário com muita experiência e o município vem perdendo sempre. Fez ainda um rápido comentário sobre a empresa que estava fazendo a limpeza da cidade e disse que uma pessoa que trabalhou para o município neste serviço lhe procurou dizendo que não pode receber seu salário, esteve até brigando com o chefe de gabinete, e disse ao cidadão que viesse até a casa para trazer a situação e o cidadão disse que iria procurar outros vereadores, sugerindo que a casa deve tomar uma atitude para não deixar isso acontecer. O Vereador **LAURECI** apenas agradeceu e desejou boa semana a todos. O Vereador **JOÃO ARTUR** apenas convidou os pares e todos os presentes te para todos participarem no sábado às oito horas da noite da inauguração do templo da Comunidade Alcance. O Presidente reforçou o convite que já entregou a todos os vereadores de forma individual para o jantar na sexta feira em Irati com a presença da ex-ministra chefe da casa civil Gleisi Hoffman quando acontecerá também a posse do novo diretório do Partido dos Trabalhadores de irati. Nada mais havendo declarou encerrada a sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia dez de fevereiro no horário regimental, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade segue assinada por todos os vereadores presentes a sessão.